

DA SUBJETIVIDADE SOB SOFRIMENTO NARCÍSICO NUMA CULTURA DA BANALIDADE DO MAL

Dra. Angela Maria Pires Caniato *

Departamento de Psicologia - Universidade Estadual de Maringá

Resumo

A subjetividade em sua historicidade exige, para sua apreensão compreensiva, que a situemos na estágio civilizatório no qual ela esta sendo construída e, em especial, no reflexo da prática dos homens depositado no movimento da cultura (ethos cultural). A dimensão de cumplicidade na relação subjetividade e cultura (Adorno) permite a afirmação de que nesta dialética a subjetividade passe a sustentar determinada forma de organização social. Na contemporaneidade, os homens vivem sob intensificação da injustiça e da exclusão sociais que são veiculadas pela violência da supercompetição, porém mascarada pelo “culto do herói” (Caniato, 2000). O individualismo empurra os indivíduos para a culpabilização subjetiva (Freud, *El malestar en la cultura*) tendente à subserviência ao *status quo*. A inclusão possível, apesar de hierarquizante, acontece na esfera do consumo na qual se processa a padronização das individualidades (indústria cultural) nos moldes de verdadeiras “máscaras mortuárias” (Adorno). O poema “Eu etiqueta” de Carlos Drummond de Andrade ilustra bem os efeitos perversos dos apelos sedutores - “idealizantes” - que integram a imagem narcísica do “estilo de vida”, impregnada nos modelos identificatórios prevalentes (Lowen, 1993). O sofrimento psicossocial estrutura-se como impotência subjetiva, apatia e conformismo (Dejours, 2000). A “banalidade do mal” (H. Arendt, 2000) impõe-se como tolerância máxima - agüente! - como o valor por excelência, porém apenas norteador de uma sobrevivência mínima..

Palavras-chaves: indústria cultural; banalidade do mal, sofrimento narcísico.

*Endereço: Rua Joaquim Nabuco, 1496. 87013-340, Maringá, Paraná-Brasil.

Fax: 44-261-4291. Fone: 44-225-1714

ampicani@onda.com.br

DA SUBJETIVIDADE SOB SOFRIMENTO NARCÍSICO NUMA CULTURA DA BANALIDADE DO MAL

Abordagem ético-política do sofrimento humano

Mi amor es para mí algo muy precioso, que no tengo derecho a derrochar insensatamente. Me impone obligaciones que debo estar dispuesto a cumplir con sacrificios. Si amo a alguien, es preciso que éste lo merezca por cualquier título. (...) Merecería mi amor si se me asemejara en aspectos importantes, a punto tal que pudiera amar en él a mí mismo; lo merecería si fuera más perfecto de lo que yo soy, en tal medida que pudiera amar en él al ideal de mi persona; debería amarlo si fuera el hijo de mi amigo, pues el dolor de éste, si algún mal le sucediera, también sería mi dolor, yo tendría que compartirlo. En cambio, si me fuera extraño y si no me atrajese ninguno de sus propios valores, ninguna importancia que hubiera adquirido para mi vida afectiva, entonces me sería muy difícil amarlo. Hasta sería injusto si lo amara, pues los míos aprecian mi amor como una demostración de preferencia, y les haría injusticia si los equiparase con un extraño (Freud, 1981, p. 3044).

As reflexões aqui enunciadas poderão se entendidas como o caminhar de preocupações clínicas no processo de construção das subjetividades enquanto atravessadas pelas vicissitudes do viver em determinada ordem social e sob cuja égide se organiza a produção do conhecimento.

Quando se constata que vem sendo mantida a fragmentação da teoria e da prática psicológicas em áreas distintas entre si no decorrer da construção da história da Psicologia no Brasil, quando se institucionaliza esta privatização-prisão do conhecimento “psi” e quando esta compartimentalização se oficializa em especialidades profissionais, eu me identifico entre aqueles poucos ditos psicólogos clínicos que vem tentando pensar contextualmente as questões da subjetividade: - a partir de uma compreensão freudomarxista do homem como ser eminentemente social.

O objeto de estudo neste texto - o sofrimento humano - será abordado a partir da compreensão de Freud em *El Malestar en la Cultura* (1981), identificando na contemporaneidade algumas das mazelas vividas pelos sujeitos em suas relações com a cultura. A cultura é aqui examinada a partir de expressões de certas formas de ordenação social sob as quais as

subjetividades estão vulnerabilizadas, essencialmente, constituindo-se em expressões mais ou menos sutis de violência social, cujos estragos nos homens se manifestam quando esta violência é internalizada pelos sujeitos (sentimento inconsciente de culpabilização) e como tal, passam a gerir as formas de relações entre os indivíduos. Por outro lado, buscaremos em Theodor Adorno (1985), em seu conceito de indústria cultural, a mediação entre a subjetividade e a cultura para, penetrando no mundo interno dos sujeitos, detectar os processos subjetivos desencadeados pela internalização das ideologias societárias, de caráter essencialmente violentador, tendo em vista suas funções de ordenar e manter um *status quo* autoritário.

Este estudo constitui-se num aprofundamento na compreensão da subjetividade sob violência social que venho desenvolvendo desde minha tese de doutorado - “A história negada. Violência e cidadania sob um enfoque psicopolítico” (1995) na qual meus sujeitos foram ex-presos políticos da Ditadura Militar de 1964. O tema da violência social conduzente ao sofrimento humano vem sendo objeto de pesquisa em projetos iniciação científica (PIBIC/CNPq), tais como expresso no artigo intitulado “Matrizes psicossociais do sofrimento humano na contemporaneidade” (2002), que foi produzido por uma de minhas orientandas, acadêmica de Psicologia, Michele Aparecida de Castro e no de outras orientandas, a também acadêmica Laura Hauser e a doutoranda Regina Perez Christofolli Abeche apresentado no III Encontro Latinoamericano dos Estados Gerais da Psicanálise que realizou-se em Buenos Aires em novembro de 2002: “É hora do espetáculo da perversidade: o aprisionamento da subjetividade dentro do *reality shows*”.

Espero vir a ser evidenciada nas reflexões que se seguem a tensão dialética entre a subjetividade e a cultura e ir, de forma despretensiosa, ficando esclarecida que a abordagem da subjetividade aqui examinada, está respaldada nos conceitos psicanalíticos de identificações projetiva e introjetiva assim como na compreensão freudiana do sentimento de culpabilização inconsciente por ingerência da violência social internalizada. Espero estar deixando desqualificada qualquer pretensão dogmática e/ou de má fé de atribuição de pura imanência às injunções necessariamente presentes, do

instinto de morte que aqui não serão tratadas de forma naturalizada e descontextualizada (Freud, S., *El Malestar en la Cultura*, 1981).

O caminhar pela dialética subjetividade-cultura na apreensão da violência social internalizada

Pretendo, ainda, neste processo de compreensão do sofrimento/felicidade humanos estar conseguindo aproveitar os ensinamentos de um número cada vez maior de psicanalistas, que refletem a partir da perspectiva relacional e social dos seres humanos. Agora reporto-me a René Kaës (1991):

Freud ao deslocar com acerto o acento sobre a fantasia nunca abandonou porém, a idéia da historicidade dos acontecimentos e seu destino na vida psíquica. (...) [Muito ao contrário, a omissão da história pelos psicanalistas conduz a um] enfoque que levará o analista a se tornar CÚMPLICE de um segundo assassinato ao trazer sobre a cena de fantasia a cena da história, sem identificar corretamente a matriz psíquica e/ou social da violência (pp. 140-141)

A minha inserção na psicopolítica da Teoria Crítica de Theodor Adorno vem sustentando o esforço e a tenacidade para romper esta cisão do e no homem por entendê-lo como intrinsecamente uno. Minhas indagações, preocupações, sistematizações teóricas hão de ser entendidas sem esquecer que sou formada em Psicologia. Desde a graduação venho recebendo formação psicanalítica que vem sofrendo rupturas importantes e reorganizações significativas a partir não só da prática clínica e acadêmica como também por estar atenta e receptiva ao que a minha vivência cotidiana vem me permitindo ter acesso, antepondo-se dúvidas que me exigem prontidão e reflexão discriminatórias. Preocupo-me, portanto, com a compreensão da subjetividade na busca das vivências internas dos sujeitos e não de uma simples explicação racional de suas vidas. Se há uma racionalidade a ser buscada no plano subjetivo dos indivíduos não é, com certeza, a racionalidade dos atos conscientes e voluntários, ou melhor, daqueles da premeditação das ações. Estou buscando aquelas ações que,

mesmo partindo dos sujeitos, estão determinadas não só por atos deliberados da consciência, mas que são passíveis de motivação da ordem inconsciente e que sofrem interferência das ideologias societárias irracionais, dos hábitos e costumes culturais de uma sociedade autoritária, violenta, excludente e injusta.

Como diz Iray Carone (1991):

A Psicologia Política partiu da premissa segundo a qual subjetividade e a sociedade enquanto polaridades históricas se remetem reciprocamente. Abstrair uma polaridade da outra, portanto, é não atingir a compreensão do processo político na sua totalidade, porquanto o sujeito e o objeto são mediados reciprocamente. Na medida em que a tensão dialética for mantida na análise dos fatos e processos políticos, não haverá riscos de psicologizá-los ou de “objetivá-los” pelas categorias econômicas (p. 113).

O conceito de indústria cultural de Adorno (1985) e a revisão da Psicanálise feita por ele e alguns frankfurtianos na obra *Teoria Crítica del Sujeto...* (1986) me ensinaram que

A ideologia além de ser um processo formador de consciência e não apenas instalado nela, opera no nível do inconsciente, no sentido forte do termo: ela não apenas oculta dados da realidade, mas os reprime, deixando-os sempre prontos a retornar à consciência, ainda que de novo sob formas ideológicas. Nessas condições, o desenvolvimento da consciência pelo contato reflexivo com a realidade é um processo doloroso, como é a própria civilização na concepção freudiana. Trata-se de um processo difícil de ser suportado por pessoas cuja estrutura de personalidade foi moldada para reproduzir a heteronomia e para fugir do esforço de defrontar-se com a diferença e com o novo (Cohn, apud Caniato, 1995, 253).

Situando um pouco mais as enunciações acima, reporto-me aos ensinamentos de Iray Carone (1991) para afirmar que

as ideologias são determinadas societariamente mas os sistemas ideológicos do sujeito (opiniões, atitudes e valores) são organizados por motivações irracionais, cuja organização, por sua vez, são estruturas psíquicas, mais ou menos estáveis. Uma coisa é a ideologia enquanto fenômeno social e outra, a sua internalização e fixação na estrutura de

personalidade do sujeito. As ditas “opções ideológicas” do sujeito têm razões que a própria razão desconhece (...) (p. 115).

Por outro lado, entendo que a especificidade do existir humano está orientada para a tarefa histórica na qual sua práxis carrega o compromisso-dever de construir sua vida em sociedade buscando a felicidade individual e coletiva. É sua missão ser sujeito e forjar a proteção e o amparo para si e para os outros semelhantes por meio de instituições que lhe permitam o acolhimento de si e dos outros diferentes dele, evitando, no que lhe for possível, o sofrimento e o adoecer psicossocial (Freud, *El Malestar en la Cultura*, 1981).

Não há dúvida que esta perspectiva de trabalho reflete princípios éticos utópicos por que o desenvolvimento histórico das relações entre os homens aponta para a intensificação da violência social (Bauman, 1998) e para o desenraizamento dos homens de sua comunidade humana (Arendt, 1978). As ciências e, em especial a Psicologia, não puderam cumprir a promessa de conduzir o homem para a felicidade (Sawaia, 1995).

O culto à imanência psíquica - “visão de avestruz” - (Caniato, 1999) prevalece na teorização e prática da Psicologia Clínica, impedindo aos profissionais de poderem cooperar com seus clientes na apreensão de condições reais de vida como disruptivas e perversas, conseqüentemente, mantendo-os paralisados e impotentes para ações defensivas eficientes e/ou transformadoras das expressões de desamparo, da indigência e da opressão mutiladora a que cada um e todos estão expostos.

Não é aqui o momento de aprofundar na análise desta matriz epistemológica mas é o de constatar que, além do intimismo psíquico e seus desdobramentos no isolacionismo, na negação da alteridade e na impossibilidade de troca entre indivíduos diferentes (Mendelowics, 2001), tal perspectiva está iluminada e atravessada por teorizações acumuladas pelas diferentes áreas na produção “psi” (Figueiredo, 1995) que vem gerando práticas que desembocam em sérias implicações de natureza ético-política - muitas já identificadas pela Psicologia Política e por pensadores na Psicanálise (Vianna, 1994). Certamente, as intervenções embebidas em teorizações que negligenciam na identificação e análise dos determinantes

disruptivos de natureza social na estruturação das subjetividades (Adorno, 1986a; Guinsberg, 2001) vem ratificando o agravamento das condições concretas do viver humano sem sequer ser identificada a exigência de integridade psicossocial para que os homens exerçam sua condição de sujeitos históricos e efetivem as mudanças nas instituições culturais e na ordenação social que viabilizem a preservação da vida humana (Mariotti, 2000). Isto porque na contemporaneidade, não há dúvidas que é o capital o grande Senhor da sociedade (Carone, 1991).

Apenas para servir de fundamento às assertivas apontadas anteriormente, nomeio a forma por meio da qual a contribuição ingênua e/ou intencional de psicólogos vem sendo apropriada e posta a serviço de uma certa cultura de massa tornada palco de relações sociais opressoras e excludentes na sociedade globalizada na contemporaneidade (Matin & Schumann, 1999). Respalhada no apogeu da fetichização do consumo de massa que não mede esforços na malversação da tecnologia (Sennett, 2001), reiteradamente vem se promovendo a desvalorização de vida humana, justificada pelo fatalismo alienante e alienador atribuído aos povos oprimidos, conforme nos alerta Martín Baró (1987 e 1989).

Sob esse pano de fundo, inexistente qualquer pudor no uso da ciência psicológica colocada a serviço da culpabilização e criminalização de indivíduos, de grupos e até povos (Dejours, 2000; Caniato, 2000) para assim justificar e legitimar o extermínio de grande parte da humanidade, empurrada para a exclusão e para a miséria (Baumann, 1999) e/ou destruída por espetáculos esplendorosos e resplandecentes de bombas, mísseis e outros artefatos bélicos (Chomsky, 2002). Desavergonhadamente e sob a égide de uma moralidade técnica (Baumann, 1998) a mídia acompanha, enaltece e legitima tais ações sob o manto de uma suposta prevalência do bem sobre o mal. Joga os pares numa carnificina fratricida sob a indiferença e o consentimento de muitos com a barbárie que se expraia para além da tela midiática, consubstanciando-se em valores que passam a ordenar a vida entre os homens, porém tidas como expressão naturalizada para uma normatização perversa da convivência social.

Tais ações beligerantes já não causam mais comoção ou indignação e, sim, indiferença tanto aos ofensores como aos ofendidos. Porém, mesmo assim banalizadas, não deixam de disseminar o horror, mesmo que de forma inconsciente, nas relações entre os homens quando se implanta no âmago da subjetividade dos sujeitos assim tornados cúmplices de tais ações disruptivas.

O holocausto e a barbárie persistem sob formas mais invisíveis da violência (Dejours, 1999) incorporando-se em práticas sociais veladas de crueldade - cultura da mortificação - (Ulloa, 2001a) da qual não vem escapando as formas de atuação das organizações sindicais e de grupos que se dizem representantes de certa esquerda revolucionária, conforme vários autores e, entre eles Frei Betto (2002), permitem entender. Para terminar este parágrafo, pleno de brutalidades, convido o leitor a buscar alívio e esgajar-se na poesia ,escutando o que diz o psicanalista Ulloa (2001b): “La crueldad suele generarse a partir del fracaso de outro dispositivo, también cultural, el de la ternura” (p. 1).

Na era da avareza (Mariotti, 2000), a dicotomização dos homens entre aqueles que são portadores do bem e os outros que atemorizam por serem detentores do mal (terroristas) ganha dimensões mundiais e encobre a ganância pelo dinheiro tornado fetiche para encontrar e justificar atos bélicos e estes, sim, dos verdadeiros terroristas, legitimados em nome da defesa e da proteção da humanidade (Chomsky, 2002). Por outro lado, a complacência coletiva e a indiferença de indivíduos e grupos diante desta perversa crueldade, que atravessa as relações entre os homens, apoiam na apatia entre todos que, como se sabe, está embebida no ódio que se alastra sorrateiramente por todo o tecido social. Este processo relacional só se vem tornando possível porque sustentado na/pela banalização do mal (Arendt, 2000). Acrescente-se a esta forma de valoração social da violência a permissão para destruir, sem culpa, que é facilitada e ampliada pela **distância** permitida pela tecnologia. Os atores sociais ficam isentos da responsabilidade por atos de violência e até mortais cometidos por eles porque não participam diretamente dos seus efeitos. Até que as brigas de gangs pela Internet desemboquem nos espaços urbanos, enquanto não

ocorrem os confrontos diretos, agressores e agredidos permanecem tranqüilamente por detrás das telas dos computadores. Enquanto alguns poucos não chegam nos campos de batalha para fincar a bandeira da vitória, as mortes ocorrem aos milhares nos espaços geográficos selecionados para detonar artefatos bélicos com uma simples compressão de uma tecla que, com perfeita precisão e acuidade aciona miríades de mísseis e bombas. Os tratados internacionais para proteção de civis quando determinado Estado entra em guerra vem sendo desrespeitados em nome de “erro técnico”. Esta facilitação técnica na ordenação social para ampliar/difundir a violência e a barbárie sem a culpa individual e/ou social, Bauman (1998) chama de moralidade técnica. A vida em sociedade cada vez mais está ordenada pelas regras abstratas e hierárquicas da burocracia na qual se dissolve e esvazia a atribuição de autoridade que, tornada impalpável e não-individualizada, constrói a impunidade como alicerce distributivo de privilégios e sanções (Baumann, 1998; Caniato, 1999).

O espetáculo da perversidade no qual se constrói o sofrimento pelo aprisionamento da subjetividade (Abeche e outros, 2002) não termina na mídia e há de ser analisado na inversão ideológica que banaliza a violência e torna sagrado o consumo, mas que para tal, instala a vigilância e o confinamento de todos e entre todos, indiscriminadamente controlados e punidos. A lógica amigo/inimigo se instaura sob a desconfiança que todos são forçados a viver para estratégica e sedutoramente entrar no “palco”- para exhibir-se sob *glamour* - e deixar-se esvaziar de tudo o que é seu, à priori contaminado pela suspeição. Esta perversa inversão ideológica destrói a vida coletiva solidária que é substituída pela complacência à malignidade, atribuída a certos indivíduos, grupos e/ou povos. Parece não haver mais um oásis de refúgio a não ser o voltar-se para o foro íntimo que já é morada desta brutal violência internalizada(tiranania da intimidade-Sennett,1993). É impressionante como diferentes arranjos destas atribuições sociais de periculosidade são incorporados pelos indivíduos (Coimbra, 2001), não para serem usados em reações defensivas de si e de seus pares diante da opressão e violência sociais vividas. Tais atribuições incorporam-se e substituem as suas identidades originais que sucumbem. Os sujeitos

perdem a capacidade de identificar as reais fontes de perigo, de ameaça e violência sociais quando começam a se degladiar entre seus pares. Não conseguem sustentar certa indignação que os pudessem conduzir a repudiar e rechaçar tais atribuições e sem se deixarem abater pelas maledicências que lhe são atribuídas, unir-se aos iguais em ações coletivas de preservação psicossocial. Não conseguem colocar as suas agressividades a serviço da proteção de suas vidas e sucumbem na apatia e conformismo na/pela violência social internalizada (Freud - *El Malestar en la Cultura*, 1981). A agressividade passível de ser colocada a serviço do fortalecimento egóico e para a preservação da vida individual e coletiva, "desaparece" sob a mais-repressão-social. Retorna para o interior da vida subjetiva (é reintrojada) sob a forma da corrosão de uma "culpa auto-punitiva" - conduzente ao enfraquecimento de toda a estrutura desejante, afetiva e cognitiva dos sujeitos. Ao voltar-se para o interior da vida psíquica vem carregada de acusações e responsabilizações do indivíduo com relação a todos os descaminhos disruptivos da cultura que, de fato, tem sua matriz na violência da ordenação ético-política da sociedade contemporânea. Sob o sentimento de culpabilização (Freud, 1981) se esconde a origem social da violência contra o humano dos homens (Caniato & Castro, 2002). Necessariamente, são os vínculos sado-masoquistas os que são estimulados e aceitos: dedique-se e acate tudo daquele que lhe ofende e é cruel com você! Não se processando a efetiva identificação do verdadeiro inimigo - agressor, a cidadania sucumbe sob estas perversões autoritárias. Este processo relacional nos faz lembrar o conceito de identificação com o agressor (Freud, A., 1978), estratégia de sobrevivência bastante freqüente em pessoas sob tortura em que a ameaça à vida é sempre iminente.

A perversidade embutida na internalização destas atribuições sociais de malignidade (violência social internalizada) são difusas e antagônicas em especial quando se tornam inoperantes as funções egóicas de discriminação do real inimigo/opressor. Revertida e deslocada para o mundo interno e inconsciente dos indivíduos, tais representações ideologicamente pervertidas, embebem a vida psíquica dos sujeitos, passam a administrar

seus desejos, seus sentimentos, seus pensamentos e suas ações nos moldes a torná-los cooperadores/cúmplices da crueldade social que os atormentam. O potencial destrutivo desta violência social internalizada, mantido sob repressão, pode assumir caminhos opostos. Um deles é a externalização em atos catárticos de vandalismo individual e/ou de pequenos grupos que, apenas, exprimem a vingança pelas violências vividas. Trazem um alívio temporário e uma ilusão de vitória contra o opressor porque, também, apenas vem a confirmar e legitimar as atribuições de periculosidade anteriormente imputadas a tais indivíduos, para assim lançá-los nas malhas do aparato policial. O pior, ainda, ficam justificadas a aplicação de diferentes formas de coerção social, mais ou menos ostensivas contra estes indivíduos (Caniato e outros, 2003). Outra expressão desta violência reprimida aparece nos indivíduos que são conduzidos a suportar, a agüentar e silenciar, as formas mais vis de sofrimento, sendo justificadas a indiferença à dor em nome de serem tais indivíduos detentores de "capacidades humanas superiores" - heróis (Adorno, 1986a) e/ou disfarçados como exigências necessárias na conquista da fama e do sucesso (Abeche e outros, 2002). Mas tais violências corrosivas não terminam no âmbito da intimidade subjetiva - neste prazer em "lamber as feridas" - e, sim, tais atrocidades penetram nos vínculos interpessoais nos moldes de que

aquele que é duro contra si mesmo adquire o direito de sê-lo contra os demais e se vinga da dor que não teve a liberdade de demonstrar, que precisou reprimir. Esse mecanismo deve ser conscientizado, da mesma forma como deve ser fomentada uma educação que não mais premie a dor e a capacidade de suportá-la (Adorno, 1986a, p. 39).

Não é exagero pensar com Adorno (1985) já que pode facilmente ser constado por uma observação, apenas um pouco crítica, que na sociedade de consumo de massa as subjetividades vem sendo produzidas em série (padronização), inexistindo o propalado indivíduo - rei - soberano, presente apenas no discurso enganoso do individualismo ou, com diz Freud (1981), esvaziado dos elementos vitais de seu mundo interno, projetado na onipotência/impotência de um "deus como prótese" (p. 3034). De fato, há

uma impossibilidade, intencionalmente produzida, para que cada um não possa se tornar um ser- singular (pseudo - individuação). Sob a destrutividade perversa e impositiva são forjados os modelos indentificatórios que encarnam os valores sociais exigidos para a sustentação do *status quo*. Plenas de significados e sob *glamour* (sedução) tais representações ideologizadas são internalizadas e penetram na entranhas do mundo interno dos sujeitos para esvaziar o que cada um possa ter de peculiar e singular. Para Adorno (1986c), sob manipulações violentadoras da indústria cultural, são destituídos o desejar, o sentir e o pensar próprios de cada um para apenas deixar em todos uma “máscara mortuária” (p. 87). Na linguagem poética de Carlos Drumond de Andrade, as subjetividades são modeladas para portar, apenas, a nomeação das mercadorias, pelas quais a intimidade psíquica singular é substituída no “eu etiqueta”.

Isto significa dizer que não são mais nos indivíduos singulares e nem nas trocas entre eles (coletivo), que a vida de cada um e de todos apóia-se como sendo seu *locus*, e nem mais a individualidade e as relações são administradas pelo mundo interno de sujeitos reais e singulares. Uma certa degenerescência domina o mundo interno dos sujeitos, não mais animados pela força vitalizadora de Eros, atravessando toda a estrutura psíquica dos indivíduos. Assim fragilizados, apenas, se vergam aos investimentos libidinosos idealizados em um outro humano, embora seja este outro um tirano, como pensava Freud em *Psicologia de las masas* em 1921 (1948). Muito mais rastejantes estão todos a procura de um objeto para nele depositar seus investimentos “amorosos”/libidinais na realização de falsos desejos: a ditadura é a da mercadoria que dá suporte, apenas, a uma promessa de satisfação que nunca se realiza. Seria oportuno que, apoiados na insatisfação e procura compulsiva de novos objetos para o gozo, que o ser humano pudesse despertar para a perversidade narcísica dos vínculos diretos com ou nos substitutivos do outro humano que os indivíduos estão deslocando para a mercadoria. Não faltam alertas, como o de Baumann (1999):

Para aumentar sua capacidade de consumo, os consumidores não devem nunca ter descanso. Precisam ser mantidos acordados e em alerta sempre, continuamente expostos a novas tentações, num estado de excitação incessante e também, com efeito, em estado de perpétua suspeita e pronta insatisfação. As iscas que os levam a desviar a atenção precisam confirmar a suspeita, prometendo uma saída para a insatisfação: “Você não acha que já viu tudo? Você ainda não viu nada!” (pp. 92-93).

Se inexistente o espaço público para trocas, convivência e acolhimento, se a cidadania possível é apenas a da sujeição das subjetividades às atribuições de malignidade e/ou à vigilância e ao confinamento mais ou menos velados (Abeche e outros, 2002), o que pensar da vida privada sob estas diferentes forças invasivas - violentadoras. Nem mais o prazer da sexualidade genital está sendo possível sem os holofotes - presença de outros atores sociais que não mais o par e/ou - de personagens dos filmes pornográficos- sob a interferência- pretexto de “produção de fantasias excitantes”? (Freud, 1981, p. 3044). Pelo menos suspeição, ameaça, medo, impotência tomam conta da vida íntima dos sujeitos... Até o pensar exige certo grau de solidão e recolhimento como nos diz Piera Aulagnier (apud Costa, 1999):

o direito ao segredo era a condição para poder pensar. Nosso sentido de identidade, continuava ela, deriva, em grande parte, da capacidade que temos de dizer o que, quando e como a certas pessoas em certas ocasiões. Quando o pensamento corre à nossa revelia, quando seu curso perde o prumo é a individualidade que se desfaz (p. 17),

Certamente não é a singularidade que está em construção mas, sim, a perda da identidade individual na simbiose osmótica sob a indiferença de um e no/pelo outro, de uma não delimitação regressiva do eu e do não-eu, da dissolução dos sujeitos pelo horror e por sentimento de rejeição numa homogeneização esteril, da não-pertinência e na indiferenciação da vivência de um etéreo esvoaçante encarnado na mercadoria, de singularidades expostas somente à violência social. Esta quando internalizada, transforma-se em acusações sabotadoras no sentimento de culpabilização. Onde

estará a saída desta obscuridade irracional cruel em que a vida humana esta submersa na chamada civilização ou bábarie atuais?

Algumas implicações alienantes/alienadoras da negligência ético política nas práticas “psi”

Quando são negligenciadas estas determinações heterônomas (sociais) da dor, do sofrimento e do adoecer subjetivos, por ingenuidade e/ou porque tornados cegos e surdos pelo dogma do apoliticismo da ciência, os profissionais caem na armadilha da imanência do psíquico e nela sucumbem na cumplicidade com estes massacres que o processo civilizatório vem produzindo contra as exigências do humano dos sujeitos. Êste refúgio teórico-prático na imanência, centrado na crença que no mundo interno dos sujeitos está a origem e o fim de todos os processos psíquicos - as subjetividades passam a ser mônadas fechadas em torno de si mesma e incomunicáveis entre si - apenas legitima a destruição da vida individual - coletiva, justifica a impossibilidade de troca entre diferentes e sustenta o deslocamento narcísico para um "estilo de vida" imposto socialmente (Lowen, 1993).O enamoramento torna-se impossível entre alteridades distintas e as relações de amor são consideradas "ultrapassadas". A este processo de destruição do coletivo, de desprestígio das relações de ternura ,do confinamento da vida psíquica ao isolamento na interioridade (individualismo exacerbado) e a transposição e apego dos vínculos humanos para os investimentos libidinosos de forma sôfrega às coisas é o que Sennett (1993) denomina de tiranias da intimidade.

É equivocado pensar que seja possível construir a felicidade dos indivíduos se mantida esta perspectiva intimista que sustenta a proibição de trocas afetivas entre os sujeitos e de compartilhar desejos e pensamentos que sob a tirania da intimidade seguem a lógica do individualismo da segregação, da solidão, da competição, do pânico substituindo trocas amorosas e solidárias entre os homens. Como diz Bader (1999):

(...) a felicidade pública é diferente do prazer e da alegria. Estes últimos são emoções imediatas contingentes do que Heller define como dor,

circunscritas ao instante de sua ocorrência, e aparecem como flashes na vivência do sofrimento ético-político, sem alterar-lhe a qualidade (...) Todos sentem alegria e prazer com a conquista das reivindicações, mas nem todos sentem a felicidade pública. Esta é experienciada apenas pelos que sentem a vitória como conquista da cidadania [da vivência solidária, amorosa, terna entre os homens] e da emancipação de si e do outro, e não apenas de bens materiais circunscritos. A felicidade ético-política é sentida quando se **ultrapassa a prática do individualismo e do corporativismo para abrir-se à humanidade** (p. 105, grifos nossos).

É equivocado pensar construir a felicidade de, para e entre os homens se não forem mudadas estas concepções e práticas do que é ser-indivíduo-singular e da construção de uma nova ordem para as relações sociais se não forem abandonadas as ações cruéis das quais compartilham os que dão, mesmo que inconscientes e silenciosos, adesão ao intimismo individualista. A sabedoria dos velhos Marx e Freud, as quais vale à pena atender, funda-se na concepção do homem como o ser da **dependência** e da **necessidade de amparo** para aí, sim, ser possível ousar pensar e agir para tornar viável uma nova forma de ser-indivíduo-singular que viva sob o teto de novas leis organizadoras da vida coletiva, isto é, recupere sua dimensão sujeito e o sentido da alteridade nas relações entre os homens. Só nestas trocas o cidadão pode, verdadeiramente, existir. Assim,

a referência ao sofrimento e a felicidade ético-política é a negação desta afetividade narcísica do final do milênio. Ela remete à utopia socialista do início do séc. XIX, onde significava a procura de uma outra gestão da tensão entre razão e paixão, entre indivíduo e comunidade, entre desejo e dever. Fiador do laço ameaçado pela razão calculadora, o direito à felicidade, cuja realização orienta os desejos e as paixões múltiplas, torna-se a medida com a qual se julga uma política que sacrifica o justo ao eficaz, e que vê na multiplicidade humana apenas um perigo mortal, e não um potencial inexplorado de possibilidades sociais não realizadas (Sawaia, 1999, p. 106 - com citação de Vanikas, 1997, p. 63).

Não há dúvida que a saída da fragmentação do conhecimento, tal como referida no início destas reflexões, constitui-se numa utopia fundada

na esperança do rompimento da dimensão intimista e compartimentalizada do saber-fazer psicológicos. Porém nesta mudança não cabe nem a onipotência, tão familiar ao psicólogos, nem a impotência de seus clientes-vítimas e nem sequer a manutenção de um certo servilismo quando buscarmos a intencionalidade valorativa e o resgate ético de uma totalidade perdida do que seja o ser-homem presentes nestas teorizações e práticas da Psicologia. É preciso respeitar a determinação biológica do homem sem se deixar vergar, de forma reducionista, aos importantes avanços da genética; é necessária certa dose de rebelião para haver a re-apropriação do desejar, sentir, pensar e agir do psiquismo humano, Só assim tornar-se-á possível colaborar para reorientá-lo para o “mundo da vida” e cooperar na recuperação de sua práxis enquanto sujeito histórico, conduzente a aceitação de sua missão de construtor de laços com o outro-diferente-de-si, para o rompimento das simbioses narcísicas da atualidade e da ordem social violenta, excludente e injusta na qual vivemos. Precisamos ser ousados por que sabemos poder sofrer represálias quando nos aliamos com nossa práxis no resgate de uma subjetividade verdadeiramente cidadã (Caniato e outros, 2002).

Referências

Abeche, Regina P.C. e outros (2002). É hora do espetáculo da perversidade: o aprisionamento da subjetividade dentro dos *reality shows*. Trabalho apresentado no III Encontro Latinoamericano dos Estados Gerais da Psicanálise. Buenos Aires, 14-17 nov.

Adorno, Theodor W. (1986a). Educação após Auschwitz. Em G. Cohn (Org.), Sociologia - Theodor Adorno (pp. 33-45). São Paulo: Ática. (Grandes Cientista, 54).

Adorno, Theodor W. (1986b). Sobre música popular. Em G. Cohn (Org.), Sociologia - Theodor Adorno (pp. 115-146). São Paulo: Ática (Grandes Cientistas, 54).

Adorno, Theodor W. (1986c). Crítica cultural. Em G. Cohn (Org.), Sociologia - Theodor Adorno (pp. 77-90). São Paulo: Ática (Grandes Cientistas, 54).

Adorno, Theodor W., & Horkheimer, Max (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (G. A. de Almeida, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Arendt, Hannah (2000). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. (J. R. Siqueira, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras.

Arendt, Hannal (1978). *O sistema totalitário*. (R. Raposo, Trad.) Lisboa: Dom Quixote (Coleção Universidade Moderna, 60).

Baudrillard, Jean. *A violência da globalização*. Disponível em: <file:///c:/windows/desktop/Le%20monde%20.diplomatique.htm>. (Acessado em 15/02/2003)

Bauman, Zygmunt (1998). *Modernidade e holocausto*. (M. Penchel, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bauman, Zygmunt (1999). *Globalização: as consequências humanas*. (M. Penchel, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Benjamin, Walter. *Crítica da violência: crítica do poder*. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/21tc_benjamin.htm>. (Acessado em 07/02/2002).

Betto, Frei (2002). O significado da vitória de Lula para a esquerda. A estrela sobe. Caros Amigos. 69, 18-19.

Caniato, Angela & Castro, Michele (2002) Matrizes psicossociais do sofrimento humano na contemporaneidade. Trabalho apresentado no III Encontro Latinoamericano dos Estados Gerais da Psicanálise. Buenos Aires, 14-17 nov.

Caniato, Angela (1999). A impunidade na sociedade e no direito: implicações psicossociais. *Psicologia - UFF*. 11 (2-3), 9-26, mai-dez.

Caniato, Angela e outros (2002). Phenix: a ousadia do renascimento da subjetividade cidadã II. *Psicologia e Sociedade*. 14 (2), 95-132

Caniato, Angela Maria Pires (1995). *A história negada: violência e cidadania sob um enfoque psicopolítico*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da USP.

Caniato, Angela Maria Pires (1999). *A subjetividade na contemporaneidade: da estandarização dos indivíduos ao personalismo*

narcísico. Em A. F. Andréa e outros (Orgs.), *Cidadania e participação social* (pp. 13-29). Porto Alegre: ABRAPSOSUL.

Caniato, Angela Maria Pires (2000). Da violência no ethos cultural autoritário da contemporaneidade e do sofrimento psicossocial. *PSI - Revista de Psicologia Social e Institucional*. 2 (2), 197-215.

Carone, Iray (1991). De Frankfurt à Budapeste: os paradoxos de uma psicologia de base marxista. *Psicologia - USP*. 2(1-2), 111-120.

Chomsky, Noam (2002). 11 de setembro. (L. A. Aguiar, Trad.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Cohn, G. (1986a). *Sociologia - Theodor Adorno*. São Paulo: Ática. (Grandes Cientista, 54).

Coimbra, Cecília (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas. Um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro/Niterói: Oficina do Autor/Intertexto.

Costa, Jurandir Freire (1999). *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco.

Dejours, Christophe (1999). A violência invisível - entrevista. *Caros Amigos*. 26, 16-17.

Dejours, Christophe (2000). A banalização da injustiça social. (A. Monjardim, Trad.) Rio de Janeiro: FGV.

Derrida, Jacques. *A razão do mais forte*. Disponível em: <<http://www.diplo.com.br/fechado/materia.php?id=527>>. (Acessado em 15/02/2003)

Figueiredo, Luis Claudio M (1995). *Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. São Paulo/Petrópolis: Educ/Vozes.

Freud, Anna (1978). O ego e os mecanismos de defesa. (A. Cabral, Trad.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Freud, Sigmund (1948). *Psicologia de las masas*. Em S. Freud, *Obras Completas* (pp. 1119-1157). Madrid: Biblioteca Nueva (vol. 1).

Freud, Sigmund (1981). *El malestar en la cultura*. Em S. Freud, *Obras Completas* (pp. 3018-3067). Madrid: Biblioteca Nueva (Tomo III).

Guinsberg, Enrique (2001). *La salud mental en el neoliberalismo*. México: Plaza y Valdés.

Jensen, Henning (1986), *Teoria Crítica del Sujeto: ensaios sobre psicanálisis y materialismo histórico*. México: Siglo Veintiuno.

Kaës, René (1991). Rupturas catastróficas y trabajo de la memoria. Notas para una investigación. Em J. Puget & R. Kaës (Orgs.) *Violencia de Estado y Psicoanálisis* (pp. 137-163). Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.

Kehl, Maria Rita. Visibilidade e espetáculo. Disponível em: <http://www.estadosgerais.org/terceiro_encontro/kehl-espetaculo.shtml>. (Acessado em 16/02/2003)

Lowen, Alexander (1993). *Narcisismo. Negação do verdadeiro Self*. (A. Cabral, Trad.) São Paulo: Cultrix.

Mariotti, Humberto (2000). A era da avareza: a concentração de renda como patologia bio-psico-social. Trabalho apresentado na Associação Pala Athena. Ciclo de Estudos: as dores da alma. São Paulo, 20 out.

Martin, Hans Peter & Schumann, Harald (1999). *A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. (U.E. Waldtraut, R. Sackiewicz & C. Sackiewicz, Trad.) São Paulo: Globo.

Martín-Baró, Ignacio (1987). El latino indolente: caráter ideológico del fatalismo latinoamericano. Em M. Maritza (Coord.) *Psicología política latinoamericana* (135-162). Caracas: Panapo.

Martín-Baró, Ignacio (1989). In memoriam. *Revista de Psicologia de El Salvador*. 9 (35), 1-172, ene.-mar.

Mendolowics, Eliane(2001). *Psicanálise e contemporaneidade: a dor da solidão*. Disponível em: <<http://www.etatsgeneraux-psychanalyse.net/archives/texte117.html>>. (Acessado em 21/09/2002).

Sawaia, Bader B. (1995). *Psicologia social: aspectos epistemológicos e éticos*. Em S.T.M. . Lane & B.B. Sawaia (Orgs.), *Novas veredas da Psicologia Social* (pp. 45-53). São Paulo: Educ/Brasiliense.

Sawaia, Bader B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. Em B.B. Sawaia (Org), *As artimanhas*

da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social (pp. 97-118). Petrópolis: Vozes.

Sennett, Richard (1993). O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. (L. A. Watanabe, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras.

Sennett, Richard (2001). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. (M. Santarrita, Trad.) Rio de Janeiro: Record.

Ulloa, Fernando O. (2001a). Sociedad y crueldad (notas preliminares). Disponível em <http://www.etatsgeneraux-psychanalyse.net/archives/texte171.html> <<http://www.etatsgeneraux-psychanalyse.net/archives/texte90.html>>. (Acessado em: 21/09/2002)

Ulloa, Fernando O. (2001b). Uma perspectiva psicoanalítica de la crueldad. Disponível em <<http://www.etatsgeneraux-psychanalyse.net/archives/texte90.html>>. (Acessado em 21/09/2002)

Vianna, Helena Besserman (1994). Não conte a ninguém... Contribuição à história das Sociedades Psicanalistas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago.